

PLENÁRIO



Como no colégio, constituintes estudam o regimento apresentado pelo senador Fernando Henrique

Tiroteio cerrado: o alvo é o regimento

ILARA VIOTTI
Da Editoria de Política

Foram quatro horas de tiroteio. De um lado, os 29 oradores inscritos, uns com melhor pontaria que os outros, mas todos com a mira voltada para um único alvo: o substitutivo ao projeto de regimento interno do senador Fernando Henrique Cardoso. Na primeira sessão de discussão do regimento (outras seis ocorrerão até amanhã à noite), sobram balas até para Ulysses Guimarães, que chegou a ser chamado de "presidente do PMDB da Constituinte, do PFL, do PTB e de quem mais se coligar ao partido majoritário" pelo deputado Farabullini Jr.

Ulysses, no entanto, estava bem-humorado, apesar de ter conduzido com mão-de-ferro a sessão, não abrindo espaço para colocações que não dissessem respeito à discussão do substitutivo. Logo no começo dos trabalhos, o presidente explicou que durante o fim de semana as lanchonetes da Câmara estariam à disposição do "apetite" dos constituintes, pois a previsão era de que as sessões entrariam madrugada adentro.

O presidente Ulysses também precisou de muita paciência. Desde as três horas, plenário já bem cheio, ele teve que conter os parlamentares que quiseram apresentar questões de ordem. Antes que a confusão se estabelecesse, Ulysses pediu calma e detalhou a natureza da sessão para um plenário ávido de informações precisas e descontente com os escasos cinco minutos permitidos para manifestação.

As críticas ao substituti-

vo começaram antes mesmo de sua apresentação pelo relator Fernando Henrique Cardoso. O primeiro a falar, o deputado Adolfo Oliveira, líder do Partido Liberal, reclamou do pouco aproveitamento das 994 emendas apresentadas ao longo das últimas duas semanas ao projeto de regimento. Ulysses nem se abalou: "O relator pode ou não aproveitar sugestões e pode também incluir propostas de sua iniciativa".

Coube à deputada Irma Passoni (PT/SP), reclamar do ritmo de trabalho imposto para apreciação do regimento. "Recebemos este parecer hoje pela manhã, e não é possível lê-lo atentamente em tão curto

espaço de tempo". Endossada por outros parlamentares, a reclamação acabou acatada por Ulysses. A sessão noturna de ontem foi cancelada, bem como a da manhã de hoje.

Foi o deputado Farabullini Júnior, que, no estilo incendiário dos palanques, lançou os primeiros tiros certos no substitutivo: irônico, o deputado disse que a Comissão de Sistematização de "excrecência totalitária", e citou Aurélio Buarque de Holanda para reforçar sua opinião — "sistematização refere-se apenas à organização e estruturação de uma norma" — não devendo neste caso, ser o nome de uma comissão que terá poderes

acima dos que têm as demais.

Os 29 oradores que se revezaram em críticas ao substitutivo, aproveitaram o microfone para reclamar também das medidas econômicas do governo. O líder do PDS, Amaral Neto, foi o mais incisivo. Utilizou sua possante voz de locutor para criticar o presidente Sarney e chamá-lo de "autoritário" por ouvir o Conselho de Segurança Nacional sobre a moratória.

O plenário, agitado durante toda a tarde, fez alguns minutos de silêncio para ouvir um estrepante, que, infelizmente, não cumpriu as expectativas: o senador Maurício Correa (PDT/DF), foi o primeiro orador a falar depois da exposição de Fernando Henrique Cardoso. O experiente homem de tribuna, que incendiou Brasília com seus discursos na campanha eleitoral, se deixou intimidar pela tribuna e gaguejou muito, teve que recorrer ao substitutivo para citar o artigo que queria criticar e passou seus cinco minutos tentando formular seu pensamento.

Depois da apresentação de Fernando Henrique, o plenário começou a esvaçar. Liberados pelo presidente da sessão noturna, os deputados mais novos foram para casa ou para seus gabinetes, estudar o substitutivo. Hoje Hoje, com uma idéia mais precisa de como será possível agir daqui para frente, as sessões (uma às 15 horas e outra às 19h) prometem ser mais movimentadas que as de ontem, quando as críticas ficaram em torno de apenas dois ou três artigos do substitutivo. Os pequenos partidos vão descobrir ainda muitos motivos para reclamar de Fernando Henrique Cardoso.



Regimento polêmico acirra as discussões

Sessões nunca às segundas

Nem as comissões e nem o plenário da Constituinte terão reuniões às segundas-feiras, segundo o projeto de regimento interno elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

"Não adianta fazermos sessões, se não houver ninguém para trabalhar", justificou o senador paulista, observando que, mesmo

durante a elaboração da nova Carta, os parlamentares terão necessidade de manter contatos com as suas bases. Além disso, ele previu que o plenário ficará esvaziado durante o tempo em que as comissões setoriais estiverem funcionando e só ganhará ritmo intenso de trabalho quando o anteprojeto da nova Constituição for levado ao debate.

Transição e Constituinte

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO*

A transição foi meticulosamente planejada. Teria de ser lenta, gradual e segura. Assim se disse, assim se cumpriu à risca. Pelo menos, até hoje. Surgiram, porém, neste momento, sinais inquietantes de desvios do plano inicial. E que, em vez de desembocar em algo novo — como toda transição que se preze — a nossa estancou. Não é mais lenta.

Parou de tudo. Nenhuma transformação de fundo: reforma agrária a passos de cágado; reforma tributária (prontinha) engavetada; reforma administrativa natimorta; dívida externa sendo rolada no melhor estilo do Sr. Delfim; reforma bancária sufocada antes de vir à luz. Sem falar — por respeito aos mortos —, do Plano Cruzado. %e.

Mas agora vem o pior: os comandantes da transição também não querem que a Constituinte mude as coisas. Fortíssimas pressões estão sendo exercidas sobre essa Assembléia para que ela opere a mágica de legitimar (e, assim, pôr um ponto final) na transição que deixa tudo como está. Inventamos a transição eterna!

Dois manobras — ambas em pleno curso — materializam essas pressões. A primeira consiste em impedir que a Constituinte exerça plenamente sua soberania, confinando-a exclusivamente à formulação do texto constitucional. Em tais condições, tudo o que seja "entulho autoritário" (de natureza constitucional ou de simples lei ordinária) só poderá ser revogado pelo Congresso. Por que essa obsessão em só permitir o debate dessas questões pelo Congresso, se os constituintes são também congressistas?

A resposta é simples: porque os Regimentos Internos do Senado, da Câmara e do Congresso (Regimento Comum), burlados com paciência e maestria ao longo do período ditatorial pelos especialistas em casulismos, constituem obstáculos formidáveis a qualquer reforma substancial na ordem jurídica, econômica e social vigente.

Caberia indagar ainda o porquê dessa obsessão em protelar por seis ou oito meses, transformações que terão de vir com o novo texto constitucional. Afinal, não é para substituir o ordenamento jurídico básico de uma sociedade que se convoca uma Constituinte? Há diferença substancial entre fazê-lo todo de uma vez num prazo de alguns meses ou fazer, desde logo, o óbvio?

A resposta a tais indagações não requer esforço: uma Constituinte sujeita às normas do regime autoritário pode ser mais facilmente "administrada" pelos que desejam manter o "status quo" do que uma Constituinte soberana.

A segunda fortíssima pressão — orquestrada pelos grandes veículos de comunicação de massas — consiste em fazer a opinião pública acreditar que a Constituinte está desorganizada, caótica e principalmente preguiçosa: os constituintes não vão ao Plenário, não prestam atenção aos discursos, não dão "quorum" para as votações, "matam" o serviço. Se esta foi, em algum tempo, a realidade de um Congresso castrado pela ditadura, não é, 21 de modo algum, a realidade da primeira quinzena da Constituinte. Em quatro dias, os constituintes foram capazes de produzir, debater e votar as Normas Preliminares de funcionamento. Em 15 dias, produziram um esboço de Regimento Interno e 1.000 emendas ao mesmo — prova cabal da atenção que deram a esse trabalho.

O que explica então esses ataques? Forças poderosas interessadas em manter tudo como está, preferem uma Constituinte desmoralizada, porque se por acaso, acontecer algum "acidente" e o texto constitucional apresentar surpresas, será mais fácil fechar o passar por cima de uma instituição achincalhada do que de um poder respeitado pela opinião pública.

*Deputado federal pelo PT de São Paulo

Ulysses cancela sessões

Brasília — O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou em plenário modificações que serão feitas no roteiro de sessões anteriormente anunciadas para este fim de semana. A segunda sessão de on-

tem, inicialmente programada para as 19:00 horas não se realizará.

A programação para hoje, também foi modificada: das três sessões previstas, somente duas serão realizadas: a primeira das 15:00 às 19:00 horas e a segunda, das 19:00 às 23:00 horas.

de A a Z

Henrique Alves



Filho do ministro da Administração, é um moderado bem votado que se prepara para disputar o governo do Estado em 1990

Henrique Eduardo Lyra Alves (PMDB-RN), 38 anos, foi reeleito com 90.884 votos para o quinto mandato federal consecutivo. Filho do ex-governador e atual ministro da Administração, Aluzio Alves, casado, dois filhos, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele é o herdeiro político da oligarquia Alves. Tradicionalmente o mais votado do Estado, desta vez ele perdeu a primeira colocação para Wilma Maia, do PFL, esposa do senador Lavolsier Mala, um dos expoentes da oligarquia adversária.

Desde o advento da Nova República, os Alves, perseguidos pelo regime militar, vêm rapidamente retomando o espaço político no Estado. Em 84, eles elegeram prefeito de Natal, Garibaldi Alves Filho, sobrinho do ministro, que derrotou a candidatura de Wilma Maia. No último pleito eles foram novamente vitoriosos com o industrial Geraldo Mello, para o governo, ficando na vice-

governança o Garibaldi Alves, pai do prefeito. Além de Henrique Eduardo, que se prepara para disputar o governo em 1990, os Alves elegeram Ismael Wanderley, genro do ministro Aluzio Alves. Os Maia, além de Wilma, para a Câmara, ocupam duas cadeiras no Senado, com os ex-governadores Lavolsier Mala e José Agripino.

Moderado por convicção, integrou a articulação que levou Tancredo Neves à Presidência da República. Promete lutar de forma especial para garantir à Região Nordeste um percentual fixo no orçamento da União. Parlamentarista, acha que antes de se discutir a duração do mandato do presidente, é necessário definir um "calendário eleitoral" para o País.

E a favor do "endurecimento" na negociação da dívida, cita o ex-presidente Tancredo ("não podemos pagar a dívida com a fome do nosso povo"). Não se posiciona contra a legalização do aborto, mas acha que a medida, tomada de forma isolada, não teria eficácia.

Marcelo Cordeiro



Esquerda moderada, ex-líder estudantil defende posições nacionalistas e até estatizantes. Apóia o parlamentarismo

Marcelo Ribeiro Cordeiro (PMDB-BA), 41 anos, foi reeleito para o terceiro mandato federal com 37.665 votos. Casado, dois filhos, professor de História, ele começou a fazer política no movimento estudantil, tendo sido uma das vítimas do Decreto-lei 477, quando cursava o quarto ano de Direito.

Eleito vereador em Salvador pelo MDB em 1976, chegou à Câmara pela primeira vez em 1982, onde teve uma atuação de esquerda moderada, sustentando posições nacionalistas e estatizantes, e defendendo propostas de reformas no campo social. Foi coordenador da proposta do PMDB para o setor mineral e energético, tendo, inclusive, publicado sobre o tema diversos artigos na revista Ciência da Terra, da Sociedade Brasileira de Geologia. A exploração dos recursos minerais, que considera assunto de interesse nacional e estratégico, é uma de suas principais preocupações.

Cordeiro acha que o Governo está tomando o ca-

minho certo no que diz respeito à questão da dívida externa, que, em sua opinião, só deverá ser paga "quando o País puder fazê-lo". Para ele, a recente decisão de interromper o pagamento dos juros poderá provocar a legitimação do mandato de seis anos para o presidente Sarney.

Ele é favorável à adoção do parlamentarismo, mas acha que isso só será possível no bojo de um grande pacto. E entende que a reforma agrária, "fundamental para modernizar a economia rural e reduzir as diferenças sociais no campo", é um assunto para a pós-transição.

Volará pela legalização do aborto e pretende discutir de forma especial as relações de trabalho no Brasil, buscando promover uma revisão completa da estrutura sindical vigente, com vistas ao seu completo desatrelamento do Estado. Além disso, pretende questionar o conceito de propriedade hoje em vigor, que considera "anacrônico e ultrapassado".

os Constituintes

Hermes Zaneti



Advogado e professor oriundo do movimento sindical, defende a reforma agrária até radical e soberania da Constituinte

Hermes Zaneti (PMDB-RS), 43 anos, advogado e professor, foi reeleito com 45.713 votos. Oriundo do movimento sindical, onde chegou a exercer a presidência da Confederação Nacional dos Professores, ele alinha-se aos setores de esquerda do partido, defendendo a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho, o amplo direito de greve para todas as categorias e a participação dos empregados na gestão das empresas.

Separado, três filhos, com eleitorado concentrado em Porto Alegre na região serrana do Rio Grande do Sul, defende o parlamentarismo e acha que o mandato presidencial deve ser fixado em quatro anos, sendo permitida a reeleição "não caustística". É favorável à suspensão do pagamento da dívida externa e à instalação de uma auditoria para investigar as suas origens: "Se houver saldo devedor, pagamos". E contra a legalização

do aborto, considerando, porém, que deve ser dada à população o direito a ampla informação sobre os métodos anticoncepcionais, bem como assistência e meios para que possa fazer o controle da natalidade.

Partidário de uma reforma agrária radical, ele admite até a necessidade de desapropriação de latifúndios produtivos. Participa do movimento que pretende atribuir completa soberania à Constituinte.

— Podemos até chegar à conclusão de que não devemos modificar a Carta em vigor, mas para isso não precisamos pedir licença a ninguém! — comenta.

Socialista, Zaneti está preparando duas propostas para apresentar à Constituinte: o direito de voto para os maiores de 16 anos e a realização de um plebiscito popular para definir a aprovação de todas as posições que não contarem com mais de três quintos dos votos.